

A PERCEÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA

Otoniel Rodrigues dos Anjos Junior¹

Denisson da Silva Figueiredo²

Carolina Evangelista Gonçalves de Brito³

Juliane da Silva Ciríaco⁴

RESUMO: O objetivo do trabalho foi avaliar a percepção dos alunos do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba acerca do próprio processo de formação. Os dados foram coletados a partir de um questionário com respostas do tipo Likert. Os resultados mostram que 92% dos entrevistados são do sexo masculino, 45% com, no mínimo, ensino superior completo. Além disso, a dimensão Curso foi a mais bem avaliada pelos discentes (RM = 3,92), seguida das categorias de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (RM = 3,53) e institucional (RM = 3,00). Os serviços de acervo da biblioteca foram os que apresentaram piores escores na avaliação individual da formação. Já o relacionamento com professores e com outros alunos, domínio de conteúdo, métodos e forma de ministrar as aulas pelos professores mostraram os melhores escores.

Palavras-Chave: Percepção; Formação; Polícia Militar; Paraíba.

STUDENTS' PERCEPTION ABOUT THE TRAINING COURSE FOR SOLDIERS OF THE PARAÍBA MILITARY POLICE

ABSTRACT: The objective of this work was to evaluate the perception of students of the Training Course for Soldiers of the Military Police of Paraíba about the training process itself. Data were collected from a questionnaire with Likert-type responses. The results show that 92% of respondents are male, 45% with at least higher education. In addition, the Course dimension was the best evaluated by the students (RM = 3.92), followed by the Personal and Professional Development (RM = 3.53) and Institutional (RM = 3.00) categories. The library's collection services were the ones with the worst scores in the individual evaluation of training. The relationship with teachers and other students, mastery of content, methods and way of teaching classes by teachers showed the best scores.

Keywords: Perception; Training; Military police; Paraíba.

¹ Economista. Doutor em Economia. Professor Adjunto lotado no Departamento de Estudos Interdisciplinares (DEINTER) da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: pbdosanjos@ufc.br

² Policial Militar. Bacharel em Segurança Pública. Academia de Polícia Militar do Cabo Branco. E-mail: denissonpm_@hotmail.com

³ Policial Militar. Bacharela em Segurança Pública. Academia de Polícia Militar do Cabo Branco. E-mail: carolinaevangelista16@gmail.com

⁴ Economista. Doutora em Economia. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). E-mail: Juliane.ciriaco@ipea.gov.br

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba (PMPB), órgão responsável pelo ensino na instituição, foi fundado no ano de 1990. A sua finalidade é gerir a política educacional da Corporação por meio do planejamento, supervisão, coordenação, fiscalização, controle e execução das atividades de ensino, treinamento, pesquisa de policiais da Paraíba e de outros Estados da Federação quando em treinamento no estado (PARAÍBA, 2017). Especificamente, o Centro de Educação, doravante chamado CE, é responsável por formar policiais militares e bombeiros militares: soldados, cabos, sargentos e oficiais (PARAÍBA, 2014). No Centro de Educação está inserido o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) da PMPB, localizado na cidade de João Pessoa.

No Brasil, o processo de formação policial militar tem despertado o interesse dos pesquisadores, sobretudo, após o ano 2000 quando o tema passou a fazer parte de várias discussões na mídia e por parte de especialistas. A literatura já aborda trabalhos elaborados para o Brasil em que se avalia criticamente a formação dos policiais, seja de praças (soldados, cabos e sargentos) ou mesmo de oficiais (ALBUQUERQUE, 2001; BASÍLIO, 2007; BRUNETTA, 2014; PONCIONI, 2005; SANTOS, 2014; VEIGA; SOUZA, 2018a; VEIGA; SOUZA, 2018b).

Segundo Albuquerque e Machado (2001), em estudo realizado no âmbito da Polícia Militar da Bahia, a avaliação geral dos alunos é de que o curso de formação de oficiais tem limitações e que não contribui de forma relevante para a formação profissional. Já Basílio (2007), menciona à falta de preparo, pouco conteúdo técnico, aprendizado na rua e a ênfase dada aos temas de combate e/ou conflito em detrimento de temas sociais na formação do policial do Rio de Janeiro. Por sua vez, Veiga e Souza (2018a) avaliaram as percepções dos discentes concluintes do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) acerca do conceito de Segurança Pública. Além disso, avançaram ao verificar como o processo de ensino-aprendizagem dos centros de formação ajuda a construir uma imagem da segurança pública focada no uso da força e coerção.

Por sua vez, Santos Junior, Martins e Silva (2012) realizaram estudo para analisar como os cadetes e os docentes da Academia da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina avaliam a docência militar. Os resultados mostram insatisfações de

ambos os lados, indo desde a desvalorização profissional (perspectiva docente), passando pelo ensino pautado em uma lógica militarizada e que não ajuda muito na formação técnica dos policiais (perspectiva discente). Já Nascimento e Cerqueira (2015), analisam as concepções dos professores, civis e militares, da Academia de Polícia Militar de Brasília (PMDF). Em síntese, os resultados mostram que os docentes atribuem à qualidade de disciplinado, educado e interessado aos alunos. Na visão dos autores, hierarquia e disciplina são sobremaneira valorizados pelos professores. Porém, há quem defenda a existência de uma tensão em que hierarquia e disciplina consubstanciam um aparato de coerção que danificam a formação técnica do policial (VEIGA; SOUZA, 2018a).

Os estudos supracitados reforçam a necessidade de novas investigações no âmbito do ensino policial militar no Brasil, especificamente fazendo recortes regionais ou locais. Isso porque apesar de haver uma grande tendência de modernização dos currículos formativos, cada unidade da federação tem autonomia para definir a estruturação, divisão de carga horária, disciplinas e outros detalhes dos respectivos cursos de formação.

É importante que a tomada de decisão nesse campo seja influenciada também pelas demandas dos usuários. Para isso, é preciso dar voz aos usuários dos cursos de formação no sentido de melhor compreender suas perspectivas. A avaliação dos discentes acerca do próprio processo de formação é relevante porque permite fornecer informações do quadro geral do ensino policial militar; comparar resultados com outros estudos desenvolvidos por outras unidades da federação; realizar mudanças mais acuradas no processo de ensino e aprendizagem; dentre outros.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem como objetivo geral avaliar a percepção dos alunos do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar da Paraíba acerca do próprio processo de formação. Além disso, busca-se realizar pesquisa bibliográfica acerca da formação policial militar no Brasil; avaliar a prática docente no âmbito do Curso de Formação de Soldados da PMPB a partir da ótica do corpo discente; investigar como os discentes avaliam aspectos como grade curricular, corpo docente, estrutura e distribuição de carga horária; verificar se os discentes consideram alinhado o processo de ensino e a prática na formação institucional; e identificar, a partir do corpo discente, quais os elementos mais marcantes do processo de formação.

Desse modo, o problema de pesquisa se refere a forma como os discentes

avaliam o próprio processo de formação no CFSd/PMPB, tendo como pano de fundo a modernização dos currículos, novas demandas da sociedade por uma polícia menos coercitiva e mais cidadã. A escolha desse universo de estudo é devido à acessibilidade aos dados (alunos do CFSd) e a ausência de estudos específicos que abarquem formação policial na Paraíba. Nesse caso, o processo de formação de novos policiais pelas academias e centros de formação militares influencia diretamente no tipo de profissional resultante, assim, é válido produzir estudos que gerem reflexões acerca dessa formação (RICCIO, 2017).

Finalmente, a relevância do tema reside no paradoxo da formação policial composto, atualmente, por dois modelos distintos: um mais tradicional de base militarista e outro mais moderno, atento às novas demandas da sociedade. Ou seja, coexistem dois diferentes modelos, porém de maneira não muito pacífica dentro dos campos de ensino policial militar. Sendo assim, busca-se gerar novas evidências com vistas subsidiar políticas educacionais mais eficazes que, em última análise, devem melhorar a satisfação com a formação policial e conseqüentemente a própria atuação profissional.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais cinco seções. A próxima seção apresenta a fundamentação teórica contendo as principais contribuições dessa área de pesquisa. Na sequência, tem-se a revisão da literatura com os recentes estudos relacionados com a temática abordada. Em seguida, demonstra-se a metodologia empregada enfatizando a estratégia empírica, o banco de dados e as variáveis utilizadas. A seção quatro contempla os principais resultados e discussões. Por fim, a seção cinco contempla as considerações finais da pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de ensino-aprendizagem no Brasil é regulamentado e disciplinado por diferentes legislações nos três níveis de poder. No âmbito federal, acerca do ensino, o Art. 206 da Constituição Federal de 1998 (CF/1988) afirma, no inciso VII, que deve ser garantido o padrão de qualidade do ensino em instituições públicas. Por sua vez, no inciso IX, versa que deve haver “garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida” (BRASIL, 1988).

Seguindo a mesma linha, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, relativa

às Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirma em seu Art. 2º que a educação visa, em última análise, o desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e o mundo do trabalho (BRASIL, 1996). Esse imperativo corrobora, no âmbito do presente estudo, a noção de polícia cidadã e às demandas da sociedade contemporânea.

Nessa linha, abordar o ensino policial militar e expor possíveis fragilidades associadas, sobretudo, a humanização do ensino e relação comunitária é algo contemporâneo em termos de pesquisa científica. A LDB, por exemplo, cita que uma das finalidades da educação superior é “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta sociedade uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996, Art. 43º, VI). Portanto, isto também dialoga com o presente estudo à medida que assevera a importância de conhecer os problemas atuais e agir conforme se apresentam, tecendo, para isso, relações de reciprocidade com a comunidade na qual está inserida. Além de aludir à necessidade de um processo formativo tecnicamente efetivo para levar a cabo esses conceitos.

Além do exposto, a LDB também ressalta que onde há o processo de ensino-aprendizagem deve haver um processo de avaliação associado, visando à garantia de padrões mínimos de qualidade, sendo incumbência da instituição e seus docentes (BRASIL, 1996, Art. 4º, IX). Há diversas formas de avaliar esse processo, seja pelos meios tradicionais, em que se avalia o quanto o discente sabe a respeito de certo assunto, seja por outros meios, como a avaliação da percepção da aprendizagem dos discentes (KUBO; BOTOMÉ, 2001).

Assim, a avaliação da percepção de discentes em instituições de ensino superior (IES) torna-se um tema de interesse para todas as áreas. Os estudos que se debruçam sobre esse assunto tendem a focar em duas perspectivas: a) a satisfação do aluno acerca da instituição; e b) a qualidade do ensino fornecida e a concordância com o proposto na grade curricular do curso. Portanto, seja qual for à perspectiva (a, b ou ambas) de pesquisar a percepção de estudantes de IES, isso sempre recai sobre a possibilidade de subsidiar mudanças propositivas no processo de ensino-aprendizagem, reestruturação curricular e afins, de modo a aumentar a efetividade do processo educacional (MARSIGLIO, 2017).

No tocante ao processo de ensino-aprendizagem, o presente estudo trata-o nos termos de Kubo e Botomé (2001, p. 4), quando argumentam que “[...] é um processo

como uma relação entre comportamentos de professores e comportamentos de alunos, denominados de “ensinar” e de “aprender” [...]”. Portanto, o ensino-aprendizagem é um processo composto em duas partes, em que uma parte, o professor, tem um comportamento (de ensinar) que é direcionado ao aluno, que tem o comportamento de “aprender” (KUBO; BOTOMÉ, 2001).

Os dois grandes conceitos trazidos acima subsidiam a execução do objetivo desta pesquisa, que é justamente avaliar a percepção dos alunos acerca de seu processo formativo, englobando desde a satisfação com a instituição e a grade curricular até a avaliação do quanto o processo ensino-aprendizagem impacta na formação policial militar.

O ensino policial militar é permanente e vai desde a entrada dos cadetes na corporação, até sua formação, continuando durante todo o momento em que o profissional policial militar está na ativa. A formação do soldado ocorre de forma similar. No presente estudo, abordam-se os aspectos do ensino e aprendizagem apenas do curso de formação de soldados, devido apresentarem maior quantitativo de profissionais envolvidos; além disso, ao passo que se seleciona apenas os alunos do CFSd, a amostra torna-se mais homogênea comparativamente outro que envolvesse tipos diferentes de formação como, por exemplo, abarcar em um mesmo estudo, alunos do curso de oficial, sargento, cabos, soldados etc. Dessa forma, os resultados podem ser sensíveis de forma que apresente diferença conforme se altere o público investigado, porém ainda assim é indicado por utilizar uma amostra maior e mais homogênea.

É importante entender que o ensino e aprendizado é a porta de entrada de qualquer área de atuação. Dessa forma, é preciso aprender todo o contexto de atuação profissional porque só a partir disso é possível ofertar bons serviços. Nesse caso, adotar estratégias capazes de atingir de forma eficiente, eficaz e efetiva todo processo de ensino é algo primordial nesse processo. A questão do ensino policial, tanto para formação inicial como para os estudos continuados é um ponto de necessária e urgente reestruturação (PONCIONI, 2005).

Os estudos acerca do processo de ensino-aprendizagem nos centros e academias de formação policial tornaram-se temática de bastante interesse nos últimos anos (ALMEIDA, 2014; BRUNETTA, 2015; NASCIMENTO; CERQUEIRA, 2015; PONCIONI, 2005; SANTOS JUNIOR; MARTINS, SILVA, 2012). A tese central

que norteia vários dos estudos é que há insatisfação de ambos os lados (discentes e docentes). Isso porque a formação policial reflete uma profunda defasagem dos currículos, sobretudo, desalinhados com as demandas da sociedade contemporânea.

Há, no entanto, um movimento considerável que visa readequar esses currículos e alinhar as novas demandas da sociedade com a formação e a prática policial. Um dos exemplos dessa reestruturação foi à série de mudanças ocorridas no Estado do Rio de Janeiro, pois os currículos foram totalmente revisados para fornecer, pelo menos em tese, um novo tipo de formação policial. Veiga e Souza (2018, p. 123) falam que a “proposta política para formação dos profissionais de segurança da PMERJ, voltada para a formação de um policial militar capacitado para gestão, prevenção, mediação e resolução de conflitos” passou a ser predominante. Porém, um dos paradoxos observados hoje na polícia do Brasil é essa tentativa de readequação do papel social da instituição através da reformulação de currículos de formação e a persistência, por outro lado, de práticas típicas do militarismo que se opõe a essa mudança (VIANA, 2018).

Os estudos empíricos encontrados na literatura servem de norte para entender o estado da arte sobre essa problemática da formação policial. Dessa forma, apresenta-se a próxima seção contendo achados de vários estudos empíricos nessa área de pesquisa.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Uma das primeiras pesquisas deste século com foco na formação policial militar foi desenvolvido por Albuquerque e Machado (2001). Citam os ritos de passagem envolvidos durante a formação policial militar, sobremaneira evidenciados nas atividades que envolvem práticas de atividades físicas intensas e imersão, como a Jornada de Instrução Militar (JIM) que ocorre no Estado da Bahia. Segundo os autores, há um processo de “mortificação do eu”, com apagamento das personalidades individuais em prol de uma identidade coletiva militarista.

Geralmente, o aluno de cursos militares passa por situações de excessivo esforço físico e degradação psicológica, restando espaço até para marcações no corpo, numa lógica de gerar pertencimento e lealdade. A coerção atravessa de maneira longitudinal toda a formação policial militar. Em última análise, isso pode acabar gerando um resultado contrário àquele que se busca com a atualização dos

currículos das academias de polícia militar (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001).

O estudo de Basílio (2007), por exemplo, enfoca o Rio de Janeiro, apesar desse estado já ser alvo de muitas pesquisas com essa temática. Para o autor, há um processo de tentativa de substituição de práticas da década de 1970 no tocante à Segurança Pública. Dentre as mudanças, a reestruturação dos currículos, priorizando mais as habilidades e o conhecimento técnico. No entanto, sugere que ainda há muita insatisfação por parte dos formandos e inadequações operacionais entre aquilo que se propõe e o que efetivamente é encontrado nos cursos de formação.

Por seu turno, Poncioni (2005) aborda que o modo como a segurança pública é vista, assim como sua forma organizacional e hierárquica remete sempre ao militarismo, apesar das disciplinas voltadas para o ensino militar não serem tão significativas do ponto de vista de carga horária. Tem-se o policial militar como “guerreiro” na “luta contra o crime”, onde o confronto, o embate, é sobrevalorizado. Inclusive é no estilo comportamental internalizado por esses policiais que se encontra o exemplo por excelência do componente militarista no profissional (PONCIONI, 2005). Além disso, sobre a defasagem dos currículos, Poncioni (2005, p. 601) afirma que:

Os currículos dos cursos de formação profissional para os futuros policiais revelam uma ênfase excessiva no controle do crime em uma estratégia exclusivamente reativa da polícia, e dirigida principalmente para o confronto, apontando deficiências na área da atividade preventiva, com enfoque na negociação de conflitos e no relacionamento direto com o cidadão; evidencia-se, igualmente, uma clara negligência no preparo do policial – civil e militar – para o trato de outras demandas e interesses da população que não estejam restritas apenas ao cumprimento de lei, mas que dizem respeito à manutenção de ordem pública pela via da negociação. (PONCIONI, 2005, p.601).

Brunetta (2014) empreendeu investigação semelhante à de Basílio (2007), mas com foco no Estado de São Paulo. Relata que as reformas educacionais ocorridas naquele Estado desde a década de 1990 não atingiram de maneira relevante a instituição policial militar, algo que serviria para formar policiais mais voltados à “ordem política democrática”. Ao invés disso, é mantido o padrão do militarismo tradicional. A polícia militar do estado:

[...] é capturada pelas contradições resultantes da relação entre o legado de sua condição e as estratégias contidas nas propostas educacionais e curriculares que se apresentam como renovação no ensino, mas que acabam

por combinar o conservadorismo e pragmatismo atendendo amplamente aos interesses da ideologia liberal. (Brunetta, 2014, p. 20).

Por sua vez, realizando investigação centrada em mostrar como o aspecto formal e não-formal contribuem para a formação policial militar, Brunetta (2015, p.132) assevera que:

Nas expressões democráticas atuais, a deontologia policial militar define-o como um tipo de cidadão universal, sobre o qual recai a obrigação de servir como modelo, todavia um modelo sem lastro e sem referência com a materialidade da vida social. Portanto, um modelo forjado sobre um molde alheio a si mesmo, inautêntico. (BRUNETTA, 2015, p.132)

O autor relata que coexistem, atualmente, concepções conservadoras e progressistas norteando a formação policial, muitas vezes encontradas em um mesmo indivíduo ou grupo, de modo contraditório mesmo. Cita o exemplo da “ronda pedagógica”, em que as aulas são observadas visando que cumpram as novas diretrizes de ensino, sendo que o próprio ato dessa “ronda” reforça circuitos de repressão e combate (BRUNETTA, 2015).

Já Veiga e Souza (2018b) produziram investigação acerca da reforma gerencial do Estado do Rio de Janeiro, que determinou alteração nos projetos pedagógicos dos cursos de formação de profissionais da Segurança Pública. Entrevistaram gestores, docentes, instrutores e, principalmente, discentes do CFSd da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) e soldados formados.

Em outro estudo, os autores avaliam como contraditórios os objetivos almejados com as mudanças nos currículos e o que ainda se reproduz nas práticas de ensino-aprendizagem no CFSd/PMERJ, uma vez que 70% dos soldados já formados referem aprendizado mais relevante após o término do curso comparativamente a realização do mesmo (VEIGA; SOUZA, 2018a).

Viana (2018) avaliou junto a policiais militares do Estado do Paraná as relações entre os aprendizados obtidos na prática cotidiana e a aprendizagem obtida enquanto estavam nas academias de formação. Um dos focos da investigação foi justamente sobre as memórias do curso de formação de soldados e como ele influenciou, positiva ou negativamente, na prática profissional.

A disciplina emerge como uma categoria positiva, ao passo que a coerção/medo de punição, como categoria negativa do processo de formação. Ademais, o enfoque pouco técnico nos cursos de formação, que acabam fazendo o

soldado “aprender na rua” – corrobora o resultado de pesquisas citadas anteriormente. Acrescenta que é necessário investigar como os alunos desses cursos (no caso do presente estudo, do CFSd/PMPB) avaliam, enxergam, percebem o próprio processo de formação (VIANA, 2018).

Sobre essa questão da disciplina, Nascimento e Cerqueira (2015) também obtiveram isso como resposta; porém, em um estudo que avaliou a perspectiva docente. Logo, professores dos cursos de formação ou educação continuada da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) atribuíram à disciplina a qualidade mais necessária e importante para os discentes. Segundo Nascimento e Cerqueira (2015, p. 904-05):

A imagem do aluno policial militar para os professores está constantemente associada a alguém disciplinado, considerando a vivência que se estabelece em sala e o tipo de comportamento norteado por princípios de disciplina [...]. Segundo os professores, os alunos policiais militares sabem que ser policial não é apenas uma profissão, mas implica mudanças na sua imagem – incluindo os comportamentos –, na fala, nas roupas e no círculo de amizades. (NASCIMENTO E CERQUEIRA, 2015, p. 904-05).

Costa e Barros (2017) fizeram investigação mais específica, sobre a satisfação dos alunos do curso de habilitação de sargentos da polícia militar do Ceará, voltada para disciplinas EAD. Trata-se de um recorte porque não avalia a satisfação com o curso de forma longitudinal. Ainda assim é de valia porque quase todos os cursos ofertam disciplinas EAD, com carga horária máxima de 20% do total do curso, portanto, faz parte da formação como um todo. De modo geral, os autores afirmam que os alunos avaliaram positivamente a experiência de ensino-aprendizagem virtual (> 70%), restando críticas apenas para a carga horária, que segundo a maioria dos respondentes (73%) é pouca.

Riccio (2017) empreendeu um estudo que foca na insatisfação dos policiais de baixa patente que tem curso superior. Os soldados referem insatisfação devido às relações instituídas entre eles e os oficiais, que muitas vezes, são bastante assimétricas desfavorecendo o primeiro grupo. O sistema de dupla entrada vigente nas carreiras policiais no Brasil é um dos motivadores desses conflitos entre os dois níveis hierárquicos. Frequentemente, há queixa por parte dos policiais de baixa patente referente ao autoritarismo atribuído aos oficiais (RICCIO, 2017).

Enfim, o presente estudo ajuda de forma indireta a ratificar a relevância de se ter oficiais capacitados, sobretudo capazes de estabelecer relações diplomáticas com

seus pares. Dessa forma, a questão da formação policial militar se apresenta como fundamental nesse processo de melhoramentos das relações profissionais entre os membros da corporação e entre estes e a sociedade.

4. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo-exploratório, com abordagem quali-quantitativa acerca da avaliação geral do processo de formação policial em um curso de formação de soldados da polícia militar da Paraíba. A análise prioriza a ótica dos alunos por serem os principais usuários dos serviços oferecidos nas escolas de formação.

A abordagem geral segue aquela realizada por Veiga e Souza (2018a) quando pesquisaram a percepção dos soldados em processo de formação ou já formados, usando questionários e entrevistas. Além do mais, outros estudos também serviram de base conceitual e ajudam a fundamentar a pesquisa (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001; BASÍLIO, 2007; BRUNETTA, 2014; BRUNETTA, 2015; COSTA; BARROS, 2017; NASCIMENTO; CERQUEIRA, 2015; PONCIONI, 2005; RICCIO, 2017; VEIGA; SOUZA, 2018a; VEIGA; SOUZA, 2018b).

Os dados foram obtidos através da aplicação de questionários composto por 24 questões (Apêndice A) divididas em três dimensões: Institucional, Curso e, finalmente, Desenvolvimentos Pessoal e Profissional. A aplicação foi efetuada junto aos alunos do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado da Paraíba do ano de 2020. Um total de 192 alunos participou da entrevista realizada entre os dias 03 e 07 de maio de 2021 no Centro de Educação da Polícia Militar da Paraíba.

Além das entrevistas, realizou-se uma busca por trabalhos científicos e publicações oficiais das polícias militares do Brasil acerca do processo de formação policial militar, sobretudo, com vistas a melhor delimitar o escopo da pesquisa. A pesquisa foi desenhada na fase exploratória também pela consulta de artigos em bases de dados como Google Acadêmico, SciELO e Research Gate a fim de encontrar outras publicações científicas para compor a revisão de literatura. A revisão de literatura é uma narrativa das principais contribuições dos artigos científicos pesquisados. Nesse caso, utilizou-se a relevância dos trabalhos e o alinhamento com os objetivos da pesquisa em curso como critério de seleção deles.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi do tipo questionário online a partir

da plataforma Google Forms, cujo link de resposta foi compartilhado com os discentes em data programada. O questionário de coleta de dados é baseado em Schleich, Polydoro e Santos (2006). Porém, com as devidas adequações e acréscimos para tornar o instrumento mais efetivo para os objetivos desta pesquisa e a realidade local.

Os critérios de inclusão na pesquisa são a matrícula ativa no CFSd/PMPB e como critério de exclusão quaisquer indivíduos fora deste curso de formação, os que não tenham respondido integralmente ao questionário ou que tenham marcado idade inferior a 18 anos neste campo de preenchimento.

Na parte inicial do questionário consta breve descrição acerca da pesquisa, seus objetivos e benefícios associados. Além disso, garante-se confidencialidade e anonimato das respostas, que devem ser utilizadas somente com as finalidades estritas deste estudo. Por fim, os alunos deveriam concordar em participar de forma voluntária no escopo da pesquisa. Isto é, todos os participantes são informados das regras associadas à coleta, tabulação e análise dos dados. Dessa forma, só a partir disso começam a responder os itens do questionário.

Finalmente, os dados coletados foram armazenados na própria plataforma do Google Forms, sendo posteriormente extraídos para uma planilha do programa Microsoft Excel®. Quanto à análise dos dados, utilizou-se estatística descritiva, lançando mão de tabelas, contendo medidas como, idade, grau de instrução, sexo, etc. Enfim, os dados possibilitaram construir informações, expor e discutir na forma de resultados, sobretudo, confrontando os achados da pesquisa com outros já levantados e expostos na revisão de literatura.

2.1. TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados a partir de estatística descritiva como forma de sintetizar as informações dos quesitos em grupos (dimensões). Portanto, lançou-se mão da média ponderada (ou Ranking Médio), que encontra lastro no trabalho de Malhotra (2004) e foi observado, dentre vários trabalhos, e com especificidades próprias, no estudo de Tresca e Rose Junior (2000). Trata-se de uma média ponderada, onde a frequência absoluta de indivíduos votantes é multiplicada pelo valor numérico atribuído à resposta e o resultado é dividido pelo total de respondentes (na pesquisa n=192). Assim, os dados são sintetizados em uma média (Ranking

Médio) individual para os quesitos e, após, por média aritmética simples, uma média para cada dimensão analisada (ex: Dimensão Curso). Logo, o procedimento permite comparações entre elementos de mesma dimensão.

Para tal, foi atribuído a pontuação 1 à alternativa “Totalmente Insatisfeito”, 2 para “Parcialmente Insatisfeito”, 3 para “Nem Insatisfeito, nem Satisfeito”, 4 para “Parcialmente Satisfeito” e 5 para os que responderam “Totalmente Satisfeito”. Dessa forma, quanto mais próximo de 5 for o Ranking Médio, maior a satisfação dos discentes daquele curso em relação ao quesito em específico ou à dimensão analisada.

5. RESULTADOS

Um total de 192 alunos do curso de formação de soldados da PMPB foi entrevistado. Desse total, 92,7% são do sexo masculino e 7,3% do sexo feminino; por sua vez, a média e a moda da idade dos participantes é de 28 e 29 anos, respectivamente. Porém, para as mulheres entrevistadas a média de idade é de 27 anos e a moda de 30 anos.

O grau de escolaridade dos discentes (Tabela 1) mostra que apenas 29,2% possuíam só o ensino médio completo; 26,3% o ensino superior incompleto e 42,75% dos respondentes o ensino superior completo. Portanto, essa última categoria mostrando maior representatividade comparativamente as outras. Ademais, um indivíduo relatou possuir mestrado incompleto e outro doutorado incompleto; finalmente, uma pessoa marcou possuir doutorado completo. Em síntese, aproximadamente 45% dos entrevistados sinalizam possuir no mínimo o ensino superior completo.

Além do mais, a categoria que durante a pesquisa ainda não possuía qualquer contato com ensino superior é minoritária. Isto é, somente o grupo com ensino médio completo (29,2%). Os demais entrevistados (70,79%) já concluiu o ensino superior ou abandonou em algum momento. Segundo Riccio (2017, p. 1113) “a educação superior permitiria um policial mais tolerante, capacitado a lidar com as diferenças sociais e as complexidades do mundo contemporâneo”. Esse debate é, na verdade, bem mais antigo, remontando a meados do século XX, quando alguns países começaram a questionar a necessidade de curso superior para suas polícias (RICCIO, 2017).

A premissa, explicitada acima, é a de que policiais mais capacitados entregam

melhores resultados para a sociedade. No entanto, Caetano (2019) e Riccio (2017) citam que estudos de outros países, como Estados Unidos, não são conclusivos a esse respeito. Caetano (2017) alude que há um movimento nacional que cobra um curso superior para entrar na carreira policial (mais ainda nas carreiras de oficiais).

Observa-se que 42,75% dos discentes do CFSd da PMPB já possuem curso superior completo. Caetano (2019) mostra que entre formandos de uma turma de policiais militares (n = 1.741), 38,4% já possuíam ensino superior completo. Como visto, os resultados encontrados na presente pesquisa concordam com o observado em outras partes do Brasil. Isso se deve à maior disponibilidade de acesso a cursos superiores no país, incluindo a modalidade de Ensino à Distância (EAD). Além do mais, cada vez mais se torna exigência das unidades da federação o curso superior completo como pré-requisito para o ingresso nas carreiras policiais, especialmente nas de oficiais e, ainda timidamente, nos cursos de formação de soldados (CAETANO, 2019).

Tabela 1 - Grau de Escolaridade dos discentes CFSd/PMPB

Grau de Escolaridade	Frequência		
	Absoluta	Relativa	Acumulada
Ensino médio completo	56	29,21%	29,21%
Ensino superior incompleto	51	26,31%	55,42%
Ensino superior completo	82	42,75%	98,27%
Mestrado incompleto	1	0,57%	98,84%
Mestrado completo	0	0%	98,84%
Doutorado incompleto	1	0,57%	99,41%
Doutorado completo	1	0,57%	99,98%
-	Total = 192	99,98%	-

Fonte: Elaboração dos autores conforme dados da pesquisa.

Na investigação de Riccio (2017), constatou-se que esses indivíduos que adentram nos cursos de formação de soldados nutrem sentimentos ambivalentes. Por um lado, sentem-se mais capacitados para lidar com as demandas da profissão, almejam promoções e maiores reconhecimentos. Por outro, justamente têm a percepção de que não há espaço para exercer as competências obtidas, sendo a falta de reconhecimento um dos maiores problemas, ainda mais quando se analisa sob a ótica das relações às vezes conflituosas com oficiais (superiores). Logo, é imperioso pensar estratégias para valorizar esse excedente de saberes acadêmicos que cada vez mais entram nos quadros das polícias brasileiras (CAETANO, 2019; RICCIO, 2017).

Para prosseguir com avaliação da Instituição (Tabela 2) utilizou-se um cálculo de Ranking Médio (RM). Para tanto, segue-se como proposto por Malhotra (2004) e Oliveira (2005). Em síntese, Oliveira (2005) ressalta que os respondentes das categorias “Parcialmente satisfeito” e “Totalmente satisfeito” podem ser considerados como “concordantes” com a proposição, ou, em outras palavras, mais satisfeitos que insatisfeitos. Do mesmo modo, “Totalmente insatisfeito” e “Parcialmente insatisfeito” contemplam o grupo dos “discordantes”, ou que estão mais insatisfeitos que satisfeitos. No meio termo, o grupo do “Nem insatisfeito, nem satisfeito” são tidos como os de opinião neutra. Levando em conta que a nota mínima atribuível é 1 (Totalmente insatisfeito) e máxima é 5 (Totalmente satisfeito), o ponto neutro no RM seria o 3, onde valores acima denotam avaliação “concordante” ou “positiva” ou mais satisfeita que insatisfeita, enquanto menor que 3 caracterizam avaliação “discordante”, “negativa” ou mais insatisfeita que satisfeita.

Tabela 2 - Avaliação da Dimensão Institucional

Quesito	Frequência absoluta					Ranking Médio
	TI (=1)	PI (=2)	NSI (=3)	PS (=4)	TS (=5)	
1) Infraestrutura e instalações físicas da instituição, exceto sala de aula	19	40	41	<u>77</u>	15	3,15
2) Infraestrutura física das salas de aula	20	47	31	<u>69</u>	25	3,16
3) Recursos e equipamentos audiovisuais disponíveis na instituição	29	46	36	<u>58</u>	23	3,00
4) Disponibilidade de acervo na biblioteca	43	20	<u>78</u>	37	14	2,78
5) Serviços oferecidos pela biblioteca	42	24	<u>74</u>	39	13	2,77
6) Compromisso da instituição com a qualidade de formação	41	36	29	<u>52</u>	34	3,01
7) Comunicação entre instituição e discente	33	34	35	<u>53</u>	37	3,14
-	-	-	-	-	-	RM Geral = 3,00

Fonte: Elaboração dos autores conforme dados da pesquisa. Legenda: TI = totalmente insatisfeito; PI = parcialmente insatisfeito; NSI = nem insatisfeito, nem satisfeito; PS = parcialmente satisfeito; TS = totalmente satisfeito.

A avaliação geral da Dimensão Institucional ficou justamente no ponto limítrofe entre a avaliação positiva e negativa, com RM = 3,00. Porém, cabe destrinchar melhor os resultados com vistas a melhor compreender os resultados. Nesse caso, apenas 2 dos 7 quesitos ficaram com média geral abaixo de 3,00: a) “disponibilidade de acervo na biblioteca”; e b) “serviços oferecidos pela biblioteca”; com média de 2,78 e 2,77

respectivamente. Portanto, demonstrando resultados insatisfatórios para a maior parte dos estudantes entrevistados. Porém, 51 (ou 26,6%) discentes considerou o acervo parcial ou totalmente satisfatório; outros 52 (ou 27,1%) entrevistados externam algum nível de satisfação com esses serviços. Além do mais, a moda em ambos os quesitos foi à alternativa “nem insatisfeito”, “nem satisfeito”. Por fim, são resultados que sugerem a necessidade de melhorias por parte da PMPB nos tópicos “disponibilidade de acervo na biblioteca” e “serviços oferecidos pela biblioteca”.

O corpo discente avaliou também a infraestrutura geral da instituição. Os resultados foram bem melhores, mas ainda assim, 30% (TI=19 mais PI=40 dividido por 192) dos entrevistados relataram está parcial ou totalmente insatisfeitos com a infraestrutura física (exceto salas de aula); porém, esse percentual chega a quase 35% (TI=20 mais PI=47 dividido por 192) quando se analisa as condições da sala de aula. Os parcialmente satisfeitos mostraram valores de aproximadamente 40% (77 respostas) e 36% (69 respostas), respectivamente, para infraestrutura e instalações físicas da instituição (exceto sala de aula) e infraestrutura física das salas de aula. Segundo Santos (2014, p. 66), o Centro de Educação da Polícia Militar (CEPM):

[...] possui instalação modernas e bem equipadas, com salas climatizadas, com DataShow e acesso à internet, laboratório de informática, Biblioteca, Stand de Tiro, amplo auditório para palestras e outros eventos, Ginásio de Esportes, Tatame, Quadras, Campo de Futebol, Ambiente para Refeições, instalações para atendimento médico e odontológico; viatura para transportar os alunos que necessitem de atendimento médico mais complexo. (SANTOS, 2014, p. 66),

A literatura já mostra que os estudantes consideram as salas de aula e a biblioteca entre os três aspectos mais importantes na avaliação da infraestrutura física da instituição que estudam. Além disso, consideram que há relação direta entre essa infraestrutura e o aprendizado (MARQUES; PEREIRA; ALVES, 2010). Portanto, os resultados encontrados conversam com a literatura de forma que o aluno considera como importante a infraestrutura no seu processo de formação.

A Tabela 3 sintetiza os resultados da avaliação da “Dimensão Curso”. Em linhas gerais, a avaliação dessa dimensão apresentou um RM = 3,92. Portanto, um valor 30% superior ao da “Dimensão Institucional” (RM = 3,00). Além disso, os 11 quesitos obtiveram avaliação maior ou igual a 3,00; logo, isso mostra que os entrevistados atribuem maior valor ao aspecto o curso comparativamente ao da instituição, portanto, um resultado que concorda com o explicitado por Oliveira (2005). Por seu turno, oito

dos 11 quesitos obtiveram avaliação com $RM \geq 4,00$; isto é, 72,7% dos itens mostram valor nesse intervalo. Dentre os itens, destacou-se o “interesse dos professores em atender os estudantes durante as aulas” com $RM = 4,38$.

Ainda nessa análise mais geral, observe-se que na maioria dos quesitos, a resposta que mais se repetiu foi “Totalmente satisfeito” e “Parcialmente satisfeito”, respectivamente. Em linhas gerais, os discentes avaliaram essa dimensão atribuindo valores bem acima daqueles expressos para dimensão instituição.

Em uma análise mais específica, notou-se que o quesito 1 ($RM = 4,33$); quesito 3 ($RM = 4,38$); quesitos 4 ($RM = 4,23$), 5 ($RM = 4,03$), 6 ($RM = 4,06$) e 7 ($RM = 4,03$) mostram que os docentes do CFSd/PMPB são bem avaliados pelos discentes do curso. Essa percepção se estende do relacionamento, passando por domínio de conteúdo, até estratégia de aula. É um resultado que está de acordo com o encontrado por Santos (2014) quando encontrou “boa relação” entre discentes e o restante da comunidade acadêmica da PMPB. Nesse caso, atribui esse resultado a formação mais humanizada do policial militar.

Para Santos Junior, Martins e Silva (2012, p. 15-16), as qualidades de um bom professor, segundo levantamento feito junto a alunos, incluem “ter domínio do conteúdo”, “associar o seu conteúdo à motivação do acadêmico”, “empregar com esmero técnicas de ensino modernas”. Além disso, “empregar dinâmicas de aulas diversificadas, ser um bom orador e voltado à pesquisa”. Por outro lado, o docente considerado “mau” é proprietário de “muita arrogância, orgulho, falta de urbanidade e cordialidade, especialmente por parte dos instrutores de matérias essencialmente militares” ou aqueles que se vale de humilhações públicas como, por exemplo, “esporros” ou outras formas de impor ao aluno o aprendizado. Portanto, dentre os docentes pode haver profissionais que utilizam a admoestação ou mesmo coerções mais severas como métodos de impor a disciplina (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001). Porém, apesar de não relatar os motivos por limitação do questionário, observou-se que 10 respondentes relataram “Parcialmente insatisfeito” e quatro “Totalmente insatisfeito”, somando 14 (7,3%) discentes que demonstram algum tipo de insatisfação com a estratégia de aula.

Ainda nesta senda, o quesito 3 levanta a percepção dos alunos sobre o domínio dos conteúdos que os instrutores ministram. Conforme observado, a $RM = 4,23$ e apenas 11 dos 192 respondentes se mostrarem insatisfeitos (5,7%). Logo, isso denota uma avaliação geral “boa” sobre o conteúdo repassado aos mesmos. A didática e a

capacidade de compartilhar conhecimentos práticos obtidos no dia a dia do instrutor (policial) são sobrevalorizados por parte dos alunos (BASÍLIO, 2007). Já Nascimento e Cerqueira (2015), constataram que os docentes estimulam e reconhecem o bom relacionamento com os discentes desde o começo como fundamental para a formação policial militar.

Tabela 3 - Avaliação da Dimensão Curso

Quesito	Frequência absoluta					Ranking Médio
	TI (=1)	PI (=2)	NSI (=3)	PS (=4)	TS (=5)	
1) Relacionamento com os professores	4	6	13	68	<u>101</u>	4,33
2) Relação com os alunos	6	2	15	78	<u>91</u>	4,28
3) Interesse dos professores em atender os estudantes durante as aulas	4	7	11	60	<u>110</u>	4,38
4) Conhecimento/domínio dos professores sobre o conteúdo das disciplinas que ministram	3	7	16	81	<u>85</u>	4,23
5) Reconhecimento por parte dos professores do meu empenho pessoal com o processo de formação	4	11	37	63	<u>77</u>	4,03
6) Métodos de avaliação da aprendizagem propostas pelos professores	4	11	26	<u>78</u>	73	4,06
7) Estratégia de aula utilizada pelos professores	4	10	30	<u>80</u>	68	4,03
8) Distribuição da carga horária do curso entre atividades teóricas e práticas	38	39	22	<u>56</u>	37	3,07
9) Relevância do conteúdo das disciplinas teóricas para a formação policial	25	47	28	<u>52</u>	40	3,18
10) Relevância das disciplinas práticas para a formação policial	9	12	9	60	<u>102</u>	4,21
11) Alinhamento entre o que o curso ensina e o que é encontrado na prática durante a atividade profissional	18	32	40	<u>58</u>	44	3,40
-	-	-	-	-	-	RM Geral = 3,92

Fonte: Elaboração dos autores conforme dados da pesquisa. Legenda: TI = totalmente insatisfeito; PI = parcialmente insatisfeito; NSI = nem insatisfeito, nem satisfeito; PS = parcialmente satisfeito; TS = totalmente satisfeito.

Resultados muito semelhantes aos obtidos por esta pesquisa no tocante à relação docente-discente foram obtidos por Santos (2014), onde demonstrou, colhendo depoimentos, uma boa avaliação por parte dos alunos, desde os métodos/recursos utilizados nas aulas até o domínio dos conteúdos. Além disso, cita que os soldados em formação enaltecem os professores (SANTOS, 2014).

Continuando, o quesito 8 buscou avaliar se os discentes consideram adequada a distribuição de carga horária entre teóricas e práticas. Nesse caso, o RM = 3,07

destoa sobremaneira dos outros quesitos desta dimensão, não deixa dúvidas de que não é um ponto pacífico entre a comunidade. Logo, há certo “empate”, pois, juntando os “não satisfeitos” somam 51%; já os satisfeitos, parcial ou totalmente, totalizam 49%, respectivamente. O quesito 9 e o 10 ajudam a esclarecer melhor essa relação: enquanto apenas 40 entrevistados estão “totalmente satisfeitos” com as disciplinas teóricas do curso, esse número aumenta para 102 quando a avaliação é sobre as disciplinas práticas. O RM do quesito 9 (teóricas) fica em 3,18 e o do quesito 10, das atividades teóricas, 4,21, nessa ordem. Isso permite presumir que as atividades teóricas não estão sendo bem avaliadas pelo corpo discente (situação melhor externada a partir do quesito 2 da Tabela 4). As atividades práticas são vistas pelos soldados como as que preparariam para a “vida real”, em contraposição às teóricas, relegadas a alguma realidade “abstrata” (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001). Resultado que está de acordo com Basílio (2007), quando relata críticas às disciplinas teóricas quando os discentes julgaram ser disciplinas superficiais, não importante ou que deveriam vir mais atreladas às aulas técnicas, ou de habilidades. Veiga e Souza (2018a) observaram que mais de 70% dos estudantes relataram ter aprendido muito mais depois de formados.

Em suma, a literatura é vasta acerca dessa temática e gira em torno da adequação ou não da carga horária e conteúdo das disciplinas teóricas e da adequação ou não das atividades práticas em relação àquilo que se encontra na prática do policiamento ostensivo no dia a dia.

Tabela 4 - Avaliação da Dimensão Desenvolvimento Pessoal e Profissional

Quesito	Frequência absoluta					Ranking Médio
	TI (=1)	PI (=2)	NSI (=3)	PS (=4)	TS (=5)	
1) Diversidade das atividades extracurriculares oferecidas pela instituição	23	32	45	<u>60</u>	32	3,23
2) Envolvimento pessoal nas atividades teóricas do curso	12	14	51	<u>66</u>	49	3,65
3) Envolvimento pessoal nas atividades práticas do curso	8	7	15	65	<u>97</u>	4,22
4) Programas e/ou serviços de apoio e suporte aos estudantes oferecidos pela instituição	36	29	<u>54</u>	42	31	3,01
5) Oportunidade de desenvolvimento pessoal oferecido pela instituição	25	25	47	<u>62</u>	33	3,27
6) A preparação técnica ao final do curso para atuar como Policial Militar	10	15	31	<u>80</u>	56	3,81

RM Geral = 3,53

Fonte: Elaboração dos autores conforme dados da pesquisa. Nota: Os valores são fornecidos apenas como exemplo e não refletem dados reais.

Na Tabela 4 demonstram-se os resultados da avaliação da Dimensão Desenvolvimento Pessoal e Profissional. Como resultado geral, observamos um RM = 3,53; um desempenho melhor que a Dimensão Institucional, mas pior avaliada que a Dimensão Curso. Ainda assim, é uma média que denota mais a harmonia com as categorias de concordância ou boa avaliação (RM \geq 3,00). Porém, note-se que há uma amplitude considerável entre o quesito mais bem avaliado (“envolvimento pessoal nas atividades práticas do curso”, RM = 4,22) e o com pior avaliação (“programas e/ou serviços de apoio e suporte aos estudantes oferecidos pela instituição”, RM = 3,01).

Acerca do quesito 6, para além de observar a RM = 3,81, é preciso avaliar que 25 dos respondentes, 13% dos soldados, não se sentem preparados tecnicamente para atuar na profissão. Isso pode ser interpretado de uma maneira mais austera do que o percentual sugere, sobretudo porque são soldados que em pouco estarão realizando o trabalho nas ruas. Ainda mais, podemos afirmar que 61 respondentes (31,7%), não se sentem satisfatoriamente (ou indiferentes, ou insatisfeitos) preparados. Isso vai muito ao encontro do quesito 11, Dimensão Curso, onde 46,8%, quase metade dos respondentes, julgam não haver alinhamento satisfatório entre o que é ensinado durante o curso e o que encontram no trabalho do dia a dia. Poncioni (2005, p. 597-98), por exemplo, relata que um dos problemas relativos à formação é a ênfase excessiva nas atividades.

[...] que esses cursos conferem ao futuro policial militar – praça e oficial – um perfil eminentemente dirigido para o policiamento geral ostensivo, com ênfase na preparação física do policial, sugerindo, assim, uma concepção de controle do crime, na qual são exigidas força física e virilidade, em detrimento de uma outra noção que enfoca a administração de conflitos e o relacionamento direto com o cidadão. (PONCIONI, 2005, p. 597-98).

Ainda sobre esse tema, Caruso, Patrício e Pinto (2010) também captaram em seu estudo que é um “senso comum” que a prática policial se aprende, de fato, “na rua”. Citam que o processo mais comumente encontrado é o de mimetização, onde o policial mais jovem, recém-formado, age através da imitação do policial mais antigo, até construir um corpo prático “próprio”. Além disso, asseveram que isto pode ser bastante danoso, dado que a crença antecipada de que ao saírem do Curso, os soldados vão lidar com uma realidade totalmente diferente, acaba favorecendo, na verdade, a valoração da prática como algo subjetivo, não delimitada, portanto, por

questões objetivas (como as leis, normas, protocolos que foram ensinados). Brunetta (2015) também relata que decorrente dessa formação nos cursos que não dão conta da totalidade (ou, ainda, dão conta de “quase nada”) do que se encontrará na rua, podem surgir litígios entre policiais e superiores oficiais, ou mesmo entre oficiais. Isso porque as acepções acerca de polícia cidadã, democrática, por vezes serão bem diferentes, o que pode acarretar situações de conflitos de ideias.

Cite-se a discrepância no RM entre a percepção de envolvimento pessoal nas atividades práticas (RM = 4,22) e teóricas do curso (RM = 3,65). Nesse caso, a quantidade de “Totalmente satisfeitos” no primeiro grupo (atividades práticas item 3) é quase o dobro do segundo (atividade teórica item 2); além disso, os que relataram “Nem insatisfeito, nem satisfeito” para o item 2 (atividade teórica) representa o triplo de indivíduos do item 3 (atividade prática). Nessa linha, Veiga e Souza (2018a e 2018b) argumentam que os formandos se sentem despreparados tecnicamente ao final do curso em relação às atividades teóricas e práticas.

Finalmente, a partir da pesquisa já se pode identificar pontos de descontentamentos por parte do corpo discentes da PMPB. Esse entendimento é importante para que possa ser incorporado em novas propostas de ensino no âmbito da instituição. Dessa forma, os achados mostram gargalos que podem ser minimizados ao longo do tempo com vistas potencializar os resultados da instituição. Sendo assim, melhorando a formação e desencadeando a oferta de melhores serviços à sociedade (usuário).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa avaliou a percepção dos alunos do Curso de Formação de Soldados (CFSd) da Polícia Militar da Paraíba (PMPB) acerca do próprio processo de formação. Os dados foram coletados a partir de um questionário aplicado junto aos alunos do CFSd da PMPB. Nesse caso, as questões foram distribuídas em três dimensões (Institucional, Curso e Desenvolvimento Pessoal e Profissional). Por sua vez, os dados foram analisados a partir de estatística descritiva com foco no cálculo do índice Ranking Médio (RM), que no estudo pode variar de RM = 1,00 (totalmente insatisfeito) a RM = 5,00 (totalmente satisfeito).

Os dados mostram que a dimensão mais bem avaliada foi o Curso (RM = 3,92), seguida de Desenvolvimento Pessoal e Profissional (RM = 3,53). Já a dimensão

Instituição mostrou valores menores comparativamente às demais (RM = 3,00). Especificamente, na dimensão do Curso, os quesitos mais bem avaliados foram “interesse dos professores em atender os estudantes durante as aulas” (RM = 4,38) e “relacionamento com os professores” (RM = 4,33). Além do mais, todos os 7 quesitos desta dimensão direcionados para avaliação dos docentes tiveram RM > 4,00. Por outro lado, a “distribuição da carga horária do curso entre atividades teóricas e práticas” recebeu a pior avaliação (RM = 3,07). Portanto, são resultados que sugerem certo grau de insatisfação com alocação da carga horária com disciplinas teóricas (RM = 3,18) e com a incoerência entre o ensinado e o encontrado na prática (RM = 3,40).

Na dimensão Instituição se nota que questões estruturais precisam ser reavaliadas como, por exemplo, o acervo da biblioteca (RM = 2,78) e os serviços oferecidos pela biblioteca (RM = 2,77). Além disso, pontos como a infraestrutura física geral e das salas de aulas (RM = 3,15 e RM = 3,16, respectivamente) representam gargalos que limitam melhoras no ensino e aprendizado no âmbito da PMPB.

Além disso, na dimensão Desenvolvimento Pessoal e Profissional, destaque para a autoavaliação dos alunos no tocante ao envolvimento com atividades teóricas (RM = 3,65) e práticas (RM = 4,22). Também a questão do suporte ou programas de apoio oferecidos pela instituição para o desenvolvimento dos discentes mostrou menor média (RM = 3,01). Já a avaliação acerca da preparação técnica ao final do curso para atuar como policial militar (RM = 3,81) chama a atenção porque praticamente um terço não está satisfeito (parcial ou totalmente).

Finalmente, futuras pesquisas são necessárias para consolidar esse campo de investigação. A utilização de outros métodos estatisticamente mais robustos com vistas fornecerem outros achados aqui imperceptíveis, sobretudo empregar estratégia de análise que possa melhorar estatisticamente os resultados. A investigação focada em dimensões específicas ou mesmo quesitos específicos deste estudo também parece promissora para aprofundar mais em outras áreas da formação policial militar como, por exemplo, humanização, comunicação, atuação junto à comunidade, dentre outros. Em síntese, os resultados expostos não visam sanar a discussão sobre a temática, mas estimular a realização de outras investigações na área

REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE, C. L.; MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, s/v, n. 5, 2001.

ALMEIDA, F. E. G. A avaliação do processo ensino-aprendizagem na concepção dos alunos do terceiro ano do curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde. **Revista Homem do Mato**, v. 13, n. 1, 2014.

BASÍLIO, M. P. **O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível?** 216f. Dissertação (mestrado) - Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa - Rio de Janeiro, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRUNETTA, A. A. Formação e ensino da polícia militar: concepções e subordinações políticas; filiações e adesões pedagógicas. **Relações Internacionais e Desenvolvimento**, v. 8, n. 1, 2014.

BRUNETTA, A. A. Não-formal e informal no ensino policial. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, 2015.

CAETANO, C. I. A exigência do ensino superior para ingresso na polícia militar do Paraná: um campo emergente. **REBESP**, v. 12, n. 1, 2019.

CARUSO, H.; PATRÍCIO, L.; PINTO, N. M. Da Escola de Formação à Prática Profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ. **Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública**, Brasília, DF: Senasp/Anpocs, 2010.

COSTA, E. B.; BARROS, A. S. A percepção da avaliação da aprendizagem na modalidade do ensino a distância de alunos em corporação militar. **InFor**, v. 2, n. 1, 2017.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**, v. 5, n. 1, 2005.

MALHOTRA, N. K. Distribuição de Frequência, Tabulação Cruzada e Teste de Hipóteses. *In*: MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma Orientação Aplicada**. 3º ed. Reimpressão. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MARQUES, C. S.; PEREIRA, B. A. D.; ALVES, J. N. Identificação dos principais fatores relacionados à infraestrutura universitária: uma análise em uma IES pública. **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 23, n. 1, 2010.

MARSIGLIO, M. **A satisfação do aluno do Ensino Superior**. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração), Faculdade e Escola FAT, Faculdade de Administração, Tapejara, Rio Grande do Sul, 2017.

NASCIMENTO, D. A.; CERQUEIRA, T. C. S. Concepções de professores da Academia de Polícia Militar de Brasília acerca de seus alunos. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 4, 2015.

OLIVEIRA, L. H. **Exemplo de cálculo de Ranking Médio para Likert**. Notas de Aula. Metodologia Científica e Técnicas de Pesquisa em Administração. Mestrado em Adm. e Desenvolvimento Organizacional. PPGA CNEC/FACECA: Varginha, 2005.

PARAÍBA. Polícia Militar da Paraíba (PMPB). **Centro de Educação completa 27 anos de Inauguração**. Informativo. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/portal/2017/04/24/centro_de_educacao_completa_27_anos_de_inauguracao/>. Acesso em: 09 set. 2020.

PARAÍBA. Polícia Militar da Paraíba (PMPB). **Centro de Educação é referência na formação de oficiais e praças**. Informativo. Disponível em: <http://www.pm.pb.gov.br/portal/2014/01/17/centro_de_educacao_e_referencia_na_formacao_de_oficiais_e_praças/>. Acesso em 09 set. 2020.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade & Estado**, v. 20, n. 3, 2005.

RICCIO, V. Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais. **Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, 2017.

SANTOS, D. L. **Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências**: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática. 144f. Dissertação (mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes), Universidade Federal da Paraíba, Centros de Educação e de Ciências Sociais, João Pessoa-PB, 2014.

SANTOS JUNIOR, A. A.; MARTINS, C. M.; SILVA, A. C. P. O. O cotidiano da docência no ensino superior policial militar. **Revista Ordem Pública, Florianópolis**, v. 5, n. 1, 2012.

SCHLEICH, A. L. R.; POLYDORO, S. A. J.; SANTOS, A. A. A. Escala de satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do ensino superior. **Avaliação Psicológica**, v. 5, n. 1, 2006.

TRESCA, R. P.; ROSE JUNIOR, D. Estudo comparativo da motivação intrínseca em escolares praticantes e não praticantes de dança. **Rev Bras Ciên e Mov Brasília**, Brasília, v. 8, n. 1, 2000.

VEIGA, C. C. P. S.; SOUZA, J. S. Formação inicial de soldados da polícia militar do estado do Rio de Janeiro no contexto da reforma gerencial do estado. **Revista Trabalho Necessário**, [S.l.], v. 16, n. 29, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4557>. Acesso em 10 set. 2020.

VEIGA, C. C. P. S.; SOUZA, J. S. O conceito de Segurança Pública na Formação de Soldados da PMERJ: uma análise da experiência discente do CFSd/PMERJ. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 12, n. 2, 2018b.

Recebido em: maio de 2023
Aceito em: dezembro de 2023